

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: FUNDAMENTOS E
LEGISLAÇÃO**

Nível: Mestrado e Doutorado

Disciplina: Eletiva

Carga Horária: 30 horas

Nº de créditos: 02

Linha de Pesquisa: Processos Educacionais e seus fundamentos.

Grupo de Pesquisa CNPq vinculado: Espaços Plurais da Educação
(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/786416>)

Professores responsáveis: Francis Silva de Almeida e Thaísa Haber Faleiros

Ementa:

Análise crítica e contextualizada das políticas e legislação educacionais brasileiras, considerando seus aspectos históricos, políticos e institucionais. Examina a inter-relação entre Estado, educação e políticas educacionais, bem como a influência de organismos nacionais e internacionais na formulação e implementação de diretrizes para a educação básica. Aborda a organização e funcionamento dos sistemas de ensino, os planos e programas governamentais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Analisa princípios, estratégias e condições para a gestão das redes de ensino e suas articulações com as metas educacionais nacionais.

Objetivo Geral:

Compreender criticamente as políticas e legislação educacionais brasileiras, suas bases históricas e institucionais, bem como sua relação com os processos de gestão e financiamento da educação básica no contexto nacional e internacional.

Objetivos Específicos:

1. Analisar a evolução histórica das políticas educacionais brasileiras a partir da LDB/96, identificando seus impactos na organização da educação básica.
2. Investigar a influência de organismos internacionais na formulação das políticas educacionais brasileiras.

3. Examinar os princípios, diretrizes e metas dos planos nacional, estaduais e municipais de educação.
 4. Avaliar os impactos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na educação básica e na formação de professores.
 5. Discutir os desafios e impactos da reforma do ensino médio no sistema educacional brasileiro.
 6. Compreender os mecanismos de gestão e financiamento da educação básica no Brasil.
-

Justificativa da Disciplina

O estudo das políticas públicas educacionais constitui eixo estruturante da formação de pesquisadores e profissionais da educação em nível de mestrado e doutorado, na medida em que possibilita a compreensão crítica dos processos de formulação, implementação, regulação e avaliação das ações estatais no campo educacional. A educação, enquanto direito social fundamental e política pública estratégica, é historicamente atravessada por disputas políticas, econômicas e ideológicas, que impactam diretamente a organização dos sistemas de ensino, as práticas pedagógicas, a gestão escolar e as condições de trabalho docente.

Nesse sentido, a disciplina oferece subsídios teóricos, metodológicos e analíticos para que os discentes compreendam as bases históricas, institucionais e normativas das políticas educacionais brasileiras, bem como suas articulações com agendas nacionais e internacionais.

Para estudantes de pós-graduação *stricto sensu*, o domínio desse campo de estudos é fundamental para a produção de pesquisas consistentes, socialmente relevantes e comprometidas com a qualidade e a equidade educacional. A compreensão das relações entre Estado, educação, financiamento, gestão e regulação permite que o pesquisador ultrapasse análises meramente descritivas, desenvolvendo interpretações fundamentadas sobre os condicionantes políticos, econômicos e institucionais que moldam as políticas públicas.

Articulação com Projetos de Pesquisa e Grupos de Pesquisa

A disciplina articula-se diretamente ao projeto de pesquisa em andamento "Políticas públicas educacionais: desafios para a promoção da qualidade e equidade no acesso à educação" (2022–atual), coordenado pela Profa. Thaísa Haber Faleiros e financiado pela Sociedade Educacional Uberabense, que reúne discentes de graduação, mestrado e doutorado na investigação das relações entre Estado, reformas gerenciais e políticas educacionais brasileiras, temática central desta disciplina.

Conteúdo programático

Unidade I - Estado, Educação e Políticas Educacionais: conceitos estruturantes e fundamentos teóricos

1. Educação como direito social e política pública no Estado capitalista (educação como direito social; educação e política pública; Estado capitalista e neoliberalismo)
2. Estado, governo e políticas públicas: fundamentos analíticos (distinções conceituais entre Estado e governo; políticas públicas; implicações teóricas para a análise educacional)
3. Políticas educacionais como campo de disputas e regulação (projetos societários; interesses e ideologias; regulação e governança educacional)
4. Federalismo educacional e organização dos sistemas de ensino (centralização e descentralização; federalismo educacional; organização da educação básica)
5. Planejamento, financiamento e influências internacionais nas políticas educacionais (planos, programas e metas; financiamento da educação; FUNDEB Permanente — EC nº 108/2020; PNE 2024-2034; organismos internacionais; currículo como política)

Unidade II - O Ciclo de Políticas de Ball & Bowe como abordagem teórico-metodológica

1. Pressupostos teóricos do Ciclo de Políticas e concepção processual de política (origem do modelo; políticas como processos e não como produtos)
2. O contexto de influência: atores, agendas e discursos (disputas políticas, econômicas e ideológicas na formulação das políticas)
3. O contexto da produção do texto: legislação e normatividade educacional (documentos oficiais, textos legais e disputas de sentido)
4. O contexto da prática: implementação, mediações e reinterpretações (traduções locais da política; práticas institucionais e escolares)
5. Resultados, efeitos e estratégias políticas: potencialidades e limites do Ciclo de Políticas (impactos pretendidos e não pretendidos; resistências; contribuições e limites da abordagem; uso em pesquisas empíricas)

Unidade III - História, legislação e reformas educacionais no Brasil: análises críticas a partir do Ciclo de Políticas de Ball & Bowe

1. Marcos históricos da legislação educacional brasileira e a constituição do Estado educador (Primeira República e bases legais iniciais da educação brasileira)
2. Centralização, autoritarismo e reformas educacionais no período Vargas (Era Vargas e Estado Novo: educação, desenvolvimento e controle social)
3. Reorganização do sistema educacional no período desenvolvimentista e no regime militar (LDB/1961; tecnocratização; reformas do ensino de 1º e 2º graus)

4. Redemocratização, Constituição de 1988 e a nova configuração da educação básica (educação como direito social; LDB/1996; reorganização dos sistemas de ensino)
 5. Políticas educacionais contemporâneas: currículo, reformas e inclusão (BNCC; reformas do Ensino Médio; políticas de inclusão, equidade e focalização; análise das legislações a partir do Ciclo de Políticas)
-

Metodologia de ensino

A disciplina será desenvolvida, primeiramente, por meio de aulas expositivas dialogadas, fundamentadas na leitura prévia dos materiais indicados, condição essencial para a participação qualificada dos estudantes nos debates e atividades propostas. Os professores atuam como mediadores, organizando, acompanhando e orientando os conteúdos trazidos nos referenciais teóricos articulando-os com as experiências dos participantes. Os textos em língua estrangeira “Big Policies/Small World: An introduction to international perspectives in education policy” (Ball, 1998) e “Subject departments and the ‘implementation’ of National Curriculum policy: an overview of the issues” (Ball; Bowe, 1992) serão lidos e discutidos no idioma original, como parte do processo de internacionalização da formação.

Teremos também uma mesa-redonda destinada à discussão das políticas educacionais no âmbito municipal, com a participação de atores envolvidos diretamente nos processos decisórios e na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas do município de Uberaba. Essa atividade possibilitará a articulação entre os referenciais teóricos estudados e as experiências concretas de gestão e governança educacional. Esta atividade será registrada como atividade de extensão curricular, articulando pesquisa, ensino e intervenção social.

Além disso, os estudantes serão organizados em grupos para a realização de uma atividade de análise de reformas educacionais brasileiras, fundamentada no Ciclo de Políticas de Ball e Bowe. Essa atividade, de caráter coletivo, será orientada e detalhada no primeiro dia de aula, contemplando as etapas de contextualização, análise dos diferentes contextos da política e sistematização dos resultados, culminando em apresentações e debates ao longo da disciplina.

A organização dos encontros seguirá, de forma geral, a seguinte estrutura:

Primeiro encontro: apresentação do plano de ensino, dos objetivos da disciplina e das principais matrizes teóricas que fundamentam o componente curricular;

Segundo encontro: discussão sobre Estado, Governo e Sociedade e suas implicações para as políticas educacionais;

Terceiro encontro: debate e análise do texto base para compreensão do Ciclo de Políticas;

Quarto encontro: realização da mesa-redonda sobre políticas educacionais no município;

Demais encontros: apresentações dos trabalhos em grupo, socialização das análises realizadas e aprofundamento teórico;

Encontro final: sistematização dos conteúdos, avaliação da disciplina e reflexão coletiva sobre os aprendizados.

Com exceção dos encontros presenciais previstos, as aulas ocorrerão na modalidade on-line, por meio da plataforma Google Meet.

Avaliação

A avaliação da disciplina será contínua e processual, considerando os seguintes critérios:

1. Participação nas atividades propostas (10,0 pontos)

Será avaliada a pontualidade, a participação efetiva nas aulas presenciais e on-line (incluindo a manutenção das câmeras abertas nos encontros virtuais, salvo situações justificadas), a realização das leituras indicadas, a contribuição nos debates, o envolvimento nos trabalhos em grupo e o cumprimento dos prazos estabelecidos para entrega das atividades.

2. Apresentação em grupo (30,0 pontos)

Os estudantes deverão realizar, em grupo, a apresentação de uma política pública ou reforma educacional brasileira, analisada a partir do Ciclo de Políticas de Ball e Bowe. A apresentação deverá ser organizada em formato de slides, com tempo previamente definido pelos professores, contemplando os cinco contextos do ciclo (contexto de influência, produção do texto, prática, resultados/efeitos e estratégia política). Serão avaliados a consistência teórica, a clareza da exposição, a organização do material e a capacidade de diálogo com a turma.

3. Relatório escrito em grupo (50,0 pontos) - DATA DA ENTREGA 08/06

Cada grupo deverá elaborar um relatório acadêmico sobre a política ou reforma educacional analisada, fundamentado nos cinco contextos do Ciclo de Políticas de Ball e Bowe. O relatório deverá observar as normas da ABNT e atender às seguintes orientações:

Extensão máxima: **10 (dez) páginas**, excluídas as referências bibliográficas;
Formato: _____ papel A4;
Fonte: Times New Roman ou Arial, tamanho 12 para o texto e 10 para citações longas e notas;
Espaçamento: 1,5 entre linhas no texto; simples em citações longas, notas e referências;
Margens: superior e esquerda 3 cm; inferior e direita 2 cm;
Alinhamento: _____ justificado;
Parágrafo: recuo de 1,25 cm na primeira linha;
Paginação: canto superior direito, a partir da introdução;
Estrutura mínima: capa, resumo, introdução, desenvolvimento (organizado conforme os cinco contextos do ciclo), considerações finais e referências.
As referências deverão ser apresentadas conforme as normas vigentes da ABNT e não serão contabilizadas no limite máximo de páginas.

Serão critérios de avaliação do relatório:

- a) consistência teórica e na aplicação adequada do referencial do Ciclo de Políticas de Ball e Bowe e dos demais autores estudados;
- b) capacidade de mobilizar os cinco contextos do ciclo na análise da política ou reforma escolhida, estabelecendo relações entre eles;

c) adequação, diversidade e atualidade das referências bibliográficas utilizadas, com observância às normas da ABNT;

d) coerência interna do texto, estrutura argumentativa, precisão da linguagem acadêmica e cumprimento das normas formais estabelecidas;

e) capacidade do grupo de ir além da descrição, produzindo interpretações fundamentadas sobre os condicionantes políticos, históricos e institucionais da política analisada. Cada dimensão terá peso equivalente na composição da nota final do instrumento.

4. Autoavaliação (10,0 pontos)

A autoavaliação consistirá no preenchimento e na reflexão a partir de um conjunto de perguntas previamente elaboradas pelos professores, envolvendo aspectos como participação, envolvimento, aprendizagem, desafios e contribuições ao grupo. No último dia de aula, os estudantes deverão socializar suas reflexões com os colegas e com os professores, promovendo um momento coletivo de avaliação formativa e de fechamento da disciplina.

Conforme o Regulamento do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Uberaba, em seu Capítulo IV, Art. 36, o aproveitamento final na disciplina será expresso por um conceito, com a seguinte equivalência:

Conceito	Pontuação
A Excelente	de 9,0 a 10,0 pts.
B Bom	de 7,0 a 8,9 pts.
C Regular	de 5,0 a 6,9 pts.
D Insuficiente	de 0 a 4,9 pts.

Produção Acadêmica Decorrente da Disciplina

Recomenda-se que os alunos, após a avaliação dos relatórios, procedam ao seu aprimoramento com vistas à sua submissão em eventos científicos da área, como a ANPEd Regional ou Nacional, ou em periódicos especializados em políticas educacionais. Essa prática, além de valorizar o trabalho desenvolvido pelos discentes, contribui diretamente para a produção acadêmica do programa e para a formação do pesquisador em sua dimensão mais concreta: a da socialização do conhecimento produzido.

Internacionalização

Há presença de 11 títulos bibliográficos de autores estrangeiros, alguns dos quais disponibilizadas em língua original e trabalhadas diretamente na metodologia da disciplina, como os textos “Big Policies/Small World: An introduction to international perspectives in education policy” (Ball, 1998) e “Subject departments and the ‘implementation’ of National Curriculum policy: an overview of the issues” (Ball; Bowe, 1992), lidos e discutidos em inglês.

A interação internacional ganha expressão concreta na mesa-redonda sobre políticas de escolarização no município de Uberaba, realizada em formato presencial e transmitida pela plataforma Google Meet, o que conferiu à atividade caráter público e aberto, tornando-a acessível aos participantes para além do espaço institucional, inclusive de outras regiões e países, dado o alcance irrestrito da plataforma digital utilizada.

Inovação

A disciplina procura dar uma abordagem histórico-legislativa ampla (percorre mais de um século de políticas educacionais brasileiras, da Primeira República à Lei nº 14.903/2025) a partir de eixo teórico-metodológico unificador, qual seja o Ciclo de Políticas de Ball e Bowe, que confere coerência analítica e rigor investigativo ao conjunto dos conteúdos.

A atualidade temática é demonstrada pela inclusão de legislações recentemente promulgadas.

A disciplina contribui diretamente para a identidade do Programa de Pós-Graduação em Educação ao articular suas duas finalidades centrais: formar docentes e pesquisadores para atividades de pesquisa, docência, gestão e assessoria científica e pedagógica; e contribuir para a produção de conhecimentos referentes à formação de educadores, às suas concepções e práticas educativas, e à natureza das relações entre política, educação, cultura e sociedade.

Bibliografia básica

AZEVEDO, Janete Maria Lins de; AGUIAR, Márcia Angela da Silva. Políticas de educação: concepções e programas. In: **Políticas e gestão da educação (1991-1997)**. Brasília, DF: MEC/Inep/Comped, 2001, p. 43-51.

BALL, Stephen J. Big Policies/Small World: An introduction to international perspectives in education policy, **Comparative Education**, 34:2, p. 119-130, 1998. Disponível em: file:///C:/Users/franc.BOOK-88NDF6S854/Downloads/BigPolicies.pdf. Acesso em: 5 fev. 2026.

BALL, Stephen J.; BOWE, Richard. Subject departments and the 'implementation' of National Curriculum policy: an overview of the issues, **Journal of Curriculum Studies**, 24:2, 97-115, 1992. Disponível em file:///C:/Users/franc.BOOK-88NDF6S854/Downloads/Subjectdepartments.pdf. Acesso em: 5 de fev. 2026.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. (org.) **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2018.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. **Pesquisa em Políticas Educacionais: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 08 ago. 2022.

BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 08 ago. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a LDB. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>. Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724>. Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer – 3ª versão. **Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica**. Disponível em: hAcesso em: 08 ago. 2022.

FÁVERO, Osmar (org.). **A Educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Políticas públicas: definição, evolução e o caso brasileiro na política social. In: DANTAS, Humberto; JÚNIOR, José Paulo Martins (orgs.). **Introdução à política brasileira**. São Paulo: Paulus, 2007, p. 203-226.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

GIRON, Graziela Rossetto. Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com cidadania. **Revista de Educação PUC-Campinas**, n. 24, p. 17-26, 2008. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reveducacao/article/view/109>. Acesso em: 17 fev. 2026.

GOERGEN, Pedro. A educação como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 34, n. 124, p. 723-742, jul./set. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/fnSxbMMFwkM6kqxVrR5Z8Gc/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 17 fev. 2026.

GOODSON, Ivor F. A crise da mudança dos currículos. In: GOODSON, Ivor F. **As políticas de currículo e de escolarização**. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 21-40.

GOODSON, Ivor F. As longas ondas de reforma educacional. In: GOODSON, Ivor F. **As políticas de currículo e de escolarização**. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 73-106.

GRIMM, Viviane; SOSSAI, Fernando Cesar; SEGABINAZZI, Marília. Globalização, redes políticas e neoliberalismo: as contribuições de Stephen Ball para pensar sobre políticas educacionais na atualidade. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 11, n. 3, p. 850-854, set./dez. 2016.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do Ciclo de Políticas e suas contribuições para a análise da trajetória de políticas educacionais. **Atos de Pesquisa em Educação, [S. l.]**, v. 1, n. 2, p. 94-105, 2007. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/34>. Acesso em: 5 fev. 2026.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. ampliada. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONLEVADE, João Antônio Caldas. Financiamento da Educação na Constituição Federal e na LDB. In: BRZESZINSKI, Iria. (org.). **LDB Dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. São Paulo: Cortez, 2008

PINTO, José Marcelino de Rezende. O financiamento da educação na Constituição Federal de 1988: 30 anos de mobilização social. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 145, p. 846-869, out./dez. 2018.

POWER, Sally. O detalhe e o macro-contexto: o uso da teoria centrada no Estado para explicar práticas e políticas educacionais. Tradução de Thaisa de Andrade. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 11-30, 2006. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1449>>. Acesso em: 18 fev. 2026.

ROSA, Sanny Silva da. Uma introdução às ideias e às contribuições de Stephen J. Ball para o tema da implementação de políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S. l.], v. 4, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/12964>. Acesso em: 5 fev. 2026.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. O direito à educação e a inversão de sentido da política educacional. **Revista Profissão Docente**, v. 11, n. 23, p. 45-58, 2011. Disponível em: <<https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/197>>. Acesso em: 17 fev. 2026.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. **Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica (Bnc-Formação)**: Ocultar, silenciar, inverter para o capital dominar. Salvador (BA), 2019.

Bibliografia complementar

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil; TRIPODI, Zara Figueiredo. **Políticas educacionais**. São Paulo: Contexto, 2025.

DANTAS, Humberto. Democracia e cidadania: consciência e participação. In: DANTAS, Humberto; JÚNIOR, José Paulo Martins (orgs.). **Introdução à política brasileira**. São Paulo: Paulus, 2007, p. 11-26.

DOURADO, Luiz Fernando. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n.100-Especial, out. 2007.

DOURADO, Luiz Fernando. Reforma do Estado e Políticas para a Educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**. Campinas: Cedes, vol. 23, n.80, setembro, 2002. Disponível: <http://www.scielo.br>

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Centauro, 2012.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. (org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. 11. ed. rev. Campinas (SP): Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Política educacional brasileira: limites e perspectivas**. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, n. 24, p. 7-16, jun. 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, jul./set. 2013.

SILVA, Maria Abadia da; CUNHA, Célio da. (org.). **Educação básica: políticas, avanços e pendências**. Campinas: Autores Associados, 2014.

SILVA Jr. João dos Reis. (org.) **O pragmatismo como fundamento das reformas educacionais no Brasil**. Campinas: Alínea, 2007.

SILVA, Maria Vieira da. (2022). Estado neoliberal e retrocessos democráticos nas políticas públicas de educação: Entrevista: Christian Laval. **Revista Educação e Políticas em debate**, 11(2), 522–529. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n2a2022-65383>

JUZWIAK, Victor Ridel; SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da. Um olhar histórico sobre os percursos legais que antecederam a Base Nacional Comum Curricular. **Revista Educação e Políticas em debate**, 11(2), p. 810-829, 2022. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n2a2022-61246>

Cronograma

Data	Atividade
07/02 13h às 17h Presencial	Apresentação do plano de ensino, dos objetivos da disciplina e das principais matrizes teóricas que fundamentam o componente curricular
21/02 13h às 17h Google meet	Unidade I
28/02 13h às 17h Google meet	Unidade II
07/03 13h às 17h Presencial Anfiteatro 2D56	Mesa-redonda “Políticas de escolarização no município de Uberaba” Rochelle Gutierrez Bazaga Vereadora e Presidente da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Uberaba

	Kátia Cilene da Costa Presidente do Conselho Municipal de Educação de Uberaba Aline Rosa Maximiniano de Souza Sócia da Black Zambhi, empresa de Compliance Antidiscriminatório Morena Monallisa Felício Moreira da Silva Sócia da Black Zambhi, empresa de Compliance Antidiscriminatório
14/03 13h às 17h Google meet	Apresentação de trabalho GT 1, 2 e 3
21/03 13h às 17h Google meet	Apresentação de trabalho GT 4, 5 e 6
28/03 13h às 17h Google meet	Apresentação de trabalho GT 7, 8 e 9
11/04 13h às 17h Presencial	Sistematização dos conteúdos, avaliação da disciplina e reflexão coletiva sobre os aprendizados

Legislações a serem analisadas

1. Decreto nº 981/1890, regulamenta a instrução primária e secundária no Distrito Federal
2. Constituição Federal de 1891
3. Decreto nº 8.659/1911, aprova a lei orgânica do ensino superior e do fundamental na República
4. Decreto nº 7.970/1927, aprova o regulamento do ensino primário em Minas Gerais
5. Lei nº 1.036/1928, aprova o regulamento do ensino nas Escolas Normais em Minas Gerais
6. Decreto nº 19.890/1931, dispõe sobre a organização do ensino secundário
7. Decreto nº 19.941/1931, dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal
8. Constituição Federal de 1934
9. Constituição Federal de 1937
10. Decreto-Lei nº 4.244/1942, lei orgânica do ensino secundário
11. Decreto-Lei nº 4.048/1942, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI)
12. Portaria nº 966/1951, reorganizou os programas das disciplinas do ensino secundário
13. Lei nº 4.024/1961
14. Constituição Federal de 1967

15. Lei nº 5.692/1971
16. Constituição Federal de 1988
17. Lei nº 9.394/1996
18. Lei nº 13.146/2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
19. Resolução CNE/CP nº 2/2017, orienta a implantação da BNCC na Educação Básica
20. Lei nº 13.415/2017, reforma o Ensino Médio
21. Lei nº 14.945/2024, reforma o Ensino Médio
22. Lei nº 14.903/2025, institui o CNCA (Compromisso Nacional Criança Alfabetizada) como política de Estado e define as responsabilidades de cada esfera de governo na garantia do direito à alfabetização de todas as crianças até o fim do 2º ano do ensino fundamental

Divisão das Legislações por Grupos de Trabalho

GT 1 - Primeira República e a constituição do sistema educacional republicano (1889-1930)

- Decreto nº 981/1890
- Constituição Federal de 1891
- Decreto nº 8.659/1911

Eixo analítico: laicização, liberalismo republicano, descentralização federativa, instrução pública como responsabilidade dos estados.

GT 2 - Regulações estaduais da instrução primária e formação docente na Primeira República

- Decreto nº 7.970/1927 (MG)
- Lei nº 1.036/1928 (MG)

Eixo analítico: políticas educacionais subnacionais, escolas normais, profissionalização do magistério e cultura escolar.

GT 3 - A Era Vargas e a centralização das políticas educacionais (1930-1937)

- Decreto nº 19.890/1931
- Decreto nº 19.941/1931
- Constituição Federal de 1934

Eixo analítico: projeto nacional-desenvolvimentista, centralização, papel do Estado e disputas em torno da educação laica e religiosa.

GT 4 - Estado Novo e educação como instrumento de controle e formação nacional (1937-1945)

- Constituição Federal de 1937
- Decreto-Lei nº 4.244/1942
- Decreto-Lei nº 4.048/1942

Eixo analítico: autoritarismo, dualidade estrutural, ensino secundário e educação profissional para o trabalho industrial.

GT 5 - Redemocratização e reorganização do ensino secundário (1946-1964)

- Portaria nº 966/1951
- Lei nº 4.024/1961

Eixo analítico: expansão do sistema, disputas público/privado, primeiras tentativas de sistema nacional de educação.

GT 6 - Regime Militar e a tecnocratização da educação (1964-1985)

- Constituição Federal de 1967
- Lei nº 5.692/1971

Eixo analítico: racionalidade tecnocrática, educação como capital humano, profissionalização compulsória e controle curricular.

GT 7 - Constituição de 1988 e a redefinição do direito à educação

- Constituição Federal de 1988
- Lei nº 9.394/1996

Eixo analítico: educação como direito social, gestão democrática, descentralização regulada e novo pacto federativo.

GT 8 - Políticas curriculares e reformas do Ensino Médio na Nova República

- Resolução CNE/CP nº 2/2017 (BNCC)
- Lei nº 13.415/2017
- Lei nº 14.945/2024

Eixo analítico: padronização curricular, flexibilização, disputas em torno da formação integral e do sentido do Ensino Médio.

GT 9 - Inclusão, equidade e políticas focalizadas no século XXI

- Lei nº 13.146/2015
- Lei nº 14.903/2025 (CNCA)

Eixo analítico: direitos, inclusão, políticas de indução federativa e governança por resultados.